

VOTO ELETRÓNICO EM MOÇAMBIQUE: DESAFIOS, POSSIBILIDADES E CONSTRUÇÃO DE CONSENSOS NUMA PERSPECTIVA DECOLONIAL

ELECTRONIC VOTING IN MOZAMBIQUE: CHALLENGES, POSSIBILITIES AND THE CONSTRUCTION OF CONSENSUS FROM A DECOLONIAL PERSPECTIVE

**Alfino Zaqueu Alberto
Ndlalane**

RESUMO: O artigo analisa criticamente os desafios e as possibilidades da implementação do voto electrónico em Moçambique a partir de uma perspectiva decolonial. O objectivo é compreender os impactos desta tecnologia na democracia moçambicana, considerando infraestrutura, inclusão digital, segurança e confiança institucional. A pesquisa adopta uma abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e análise documental. Os resultados indicam riscos de exclusão digital, fragilidades tecnológicas e ameaças à segurança eleitoral, mas também oportunidades de transparência e redução de fraudes. Conclui-se que o voto electrónico exige políticas de inclusão, segurança e participação social para assegurar legitimidade democrática e adequação ao contexto moçambicano.

PALAVRAS-CHAVE: voto electrónico; democracia; Moçambique; decolonialidade; inclusão digital.

Editor
[Bernardino Cordeiro Feliciano](#)

ABSTRACT: This article critically examines the challenges and possibilities of implementing electronic voting in Mozambique from a decolonial perspective. It aims to understand the impacts of this technology on Mozambican democracy, considering infrastructure, digital inclusion, security and institutional trust. The study adopts a qualitative approach, based on a literature review and documentary analysis. The findings highlight risks related to digital exclusion, technological fragilities and electoral security, alongside opportunities for greater transparency and reduced fraud. It concludes that electronic voting requires inclusive, secure and participatory policies to ensure democratic legitimacy and contextual suitability.

KEYWORDS: electronic voting; democracy; Mozambique; decoloniality; digital inclusion.

VOTO ELETRÓNICO EM MOÇAMBIQUE: DESAFIOS, POSSIBILIDADES E CONSTRUÇÃO DE CONSENSOS NUMA PERSPECTIVA DECOLONIAL

Alfino Zaqueu Alberto Ndlalane¹

Introdução

A implementação do voto electrónico em Moçambique insere-se no debate global sobre a modernização dos sistemas eleitorais em democracias emergentes, num contexto marcado pela crescente digitalização. A incorporação de tecnologias de votação é frequentemente apresentada como instrumento para aumentar a transparência, reduzir fraudes e ampliar a participação cidadã. Contudo, a transição de um sistema manual para um sistema electrónico num país com limitações infraestruturais e desigualdades de acesso digital levanta desafios complexos relacionados com segurança, confiança institucional e equidade na participação. A democratização moçambicana, desde o fim do regime de partido único, seguiu modelos institucionais de inspiração ocidental, evidenciando a necessidade de análise crítica sob uma perspectiva decolonial. A adopção de tecnologias externas, sem contextualização, pode reproduzir formas contemporâneas de colonialidade do poder, impondo soluções exógenas que não respondem integralmente às especificidades socioculturais e territoriais do país (Quijano, 2000).

Para abordar esta problemática, o presente estudo adoptou uma abordagem qualitativa, exploratória e interpretativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental. Foram seleccionadas obras, artigos científicos, relatórios institucionais e normativas eleitorais sobre voto electrónico, democracia em África e epistemologias decoloniais, privilegiando fontes recentes, pertinentes e representativas do Sul Global e de produção académica moçambicana. A interpretação dos dados recorreu à análise crítica do discurso (Fairclough, 1995; Van Dijk, 2008), permitindo identificar relações de poder,

¹Licenciado em Ensino de História e Geografia pela Universidade Pedagógica de Moçambique (Maputo), Mestre em Ciências de Educação pelo Instituto Superior de Gestão e Empreendedorismo Gwaza Muthini

ideologias implícitas e mecanismos discursivos que sustentam ou contestam a colonialidade do poder na esfera eleitoral. A triangulação das fontes reforçou a consistência analítica, assegurando rigor interpretativo e fiabilidade na discussão dos resultados.

Experiências internacionais mostram tanto oportunidades como riscos associados ao voto electrónico: no Brasil e nos Estados Unidos, surgem debates sobre segurança, fiabilidade e vulnerabilidades tecnológicas (Pina, 2011), enquanto países africanos como Nigéria e Quênia enfrentam limitações técnicas e políticas que comprometem a confiança no sistema (Ndlovu-Gatsheni, 2013). Em Moçambique, o desafio reside em garantir que a adopção desta tecnologia fortaleça a democracia sem reproduzir exclusão digital e dependência tecnológica, particularmente em comunidades rurais e grupos vulneráveis, considerando a fragilidade da infra-estrutura de telecomunicações. A construção de consensos envolvendo partidos políticos, sociedade civil e instituições eleitorais surge como condição indispensável para legitimar e tornar transparente o processo, prevenindo crises de confiança e consolidando a participação cidadã (Santos, 2007). O estudo propõe-se, assim, analisar criticamente os desafios e as oportunidades do voto electrónico em Moçambique, integrando reflexões sobre inclusão digital, segurança tecnológica, participação social e contextualização local. Ao fazê-lo, oferece contributos para a construção de um modelo de votação electrónica tecnicamente viável, democraticamente legítimo e epistemologicamente decolonial, fornecendo orientações que promovam processos eleitorais mais justos, inclusivos e contextualizados no país.

A Democracia em África e a Colonialidade do Poder

A análise da democracia em África exige uma compreensão profunda da colonialidade do poder, conceito central para a interpretação das continuidades históricas nas estruturas de dominação. Quijano destaca que “a colonialidade do poder refere-se a um padrão de hierarquização social, económica e política herdado do período colonial, que persiste nas sociedades pós-independência, impondo relações de poder assimétricas e perpetuando desigualdades estruturais entre grupos sociais” (Quijano, 2000, p. 533). Esta perspectiva evidencia que a democracia africana não se desenvolve num espaço neutro, mas em contextos onde estruturas históricas moldam persistentemente o exercício do poder.

(Maputo). Actualmente é Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Ouro Preto – ICHS/UFOP. E-mail: jalanelfino5@gmail.com

A imposição de modelos democráticos ocidentais nas ex-colónias africanas ignorou, em larga medida, as práticas sociopolíticas locais. Em Moçambique, a adoção de um sistema democrático inspirado no liberalismo europeu não considerou a diversidade cultural e étnica do país, nem a desigualdade económica herdada do colonialismo. Santos argumenta que “a implementação de modelos democráticos importados constitui um processo de epistemicídio, desvalorizando saberes, práticas políticas e formas de organização social construídas ao longo de séculos nas comunidades africanas, e impondo uma lógica exógena de governação” (Santos, 2007, p. 112). Tal abordagem evidencia a necessidade de repensar a democratização no continente de forma contextualizada. A democracia em Moçambique revela, em muitos casos, uma participação formal mas limitada. Ndlovu-Gatsheni observa que “em numerosos países africanos, os cidadãos são convidados a votar em eleições multipartidárias, mas a sua influência sobre decisões políticas reais é mínima, pois as elites políticas continuam a operar práticas autoritárias ou oligárquicas que asseguram a manutenção de privilégios herdados do período colonial” (Ndlovu-Gatsheni, 2013, p. 47). Este cenário demonstra que a colonialidade do poder não se limita à herança estrutural, mas manifesta-se na prática quotidiana das instituições democráticas.

A confiança nas instituições democráticas encontra-se comprometida devido à persistência de estruturas elitistas e centralizadoras. Mamdani sustenta que “as instituições pós-coloniais frequentemente reproduzem padrões excludentes, falhando em incorporar diversidade cultural e social, e em promover uma democracia inclusiva que reconheça e valorize a participação dos grupos historicamente marginalizados” (Mamdani, 1996, p. 78). Esta desconfiança é agravada quando processos eleitorais e mecanismos de governação importados não se adequam às realidades locais. A necessidade de repensar a democracia surge do reconhecimento das limitações do modelo liberal ocidental. Ndlovu-Gatsheni destaca que “a democracia liberal, baseada no universalismo dos direitos humanos e em instituições representativas, nem sempre se coaduna com as dinâmicas sociopolíticas africanas, sendo imperativo questionar a sua pretensa universalidade e explorar caminhos de governação mais adequados às realidades locais” (Ndlovu-Gatsheni, 2013, p. 51). Esta reflexão sublinha a importância de construir modelos que integrem as vozes das populações.

A proposta de democracia decolonial emerge como alternativa crítica, defendendo uma democratização enraizada nos saberes e práticas locais. Mignolo salienta que “a decolonização do poder implica a transformação das estruturas políticas, económicas e

sociais, de modo que grupos historicamente excluídos possam participar plenamente do processo democrático, influenciando decisões que afectam directamente as suas vidas e comunidades” (Mignolo, 2011, p. 91). Esta abordagem coloca a inclusão social e cultural no centro do projeto democrático. Em Moçambique, a consolidação de uma democracia decolonial exige a reforma de instituições que ainda reproduzem práticas autoritárias e excludentes. O desenvolvimento de sistemas políticos baseados em solidariedade, participação activa e reconhecimento da diversidade é essencial para permitir que diferentes comunidades tenham voz na definição das políticas públicas e no exercício da cidadania.

A construção de espaços públicos democráticos é igualmente fundamental para superar a colonialidade do poder. Estes espaços devem permitir debates inclusivos, livres de manipulação por interesses externos ou elites locais, garantindo que as decisões políticas resultem de uma participação efectiva da população em todos os níveis do processo de governação. A democracia decolonial implica também uma transformação cultural e educativa que promova a consciência crítica e a participação activa. A educação deve servir como instrumento de emancipação, capacitando os cidadãos para compreender as estruturas de poder e para intervir no debate político de forma informada e responsável.

A integração de saberes tradicionais e locais nas práticas democráticas contribui para a construção de um modelo que respeite as identidades culturais e a diversidade étnica de Moçambique. Este reconhecimento fortalece a coesão social e legitima a participação dos grupos historicamente marginalizados no processo democrático. A participação efectiva nas eleições é apenas uma dimensão de uma democracia decolonial. A cidadania activa deve incluir a influência sobre políticas públicas, a avaliação crítica de decisões governamentais e a mobilização comunitária, permitindo que os cidadãos contribuam para a definição de prioridades e estratégias de desenvolvimento nacional.

A colonialidade do poder manifesta-se também na forma como as elites mantêm controle simbólico sobre os meios de comunicação e o discurso público. O espaço mediático deve ser democratizado para permitir que múltiplas vozes participem na construção de narrativas políticas, promovendo transparência e responsabilização institucional. A construção de uma democracia inclusiva e decolonial requer um equilíbrio entre tradições locais e inovações institucionais. Moçambique deve encontrar soluções adaptadas à sua realidade, evitando a simples importação de modelos estrangeiros que não consideram o

contexto histórico, social e cultural do país. O fortalecimento da participação cidadã implica não apenas reformas institucionais, mas também a criação de mecanismos de educação política, debate público e monitorização comunitária, de modo a garantir que a população possa interagir activamente com o sistema democrático e influenciar decisões estratégicas. Em suma, a análise da democracia em Moçambique sob a perspectiva da colonialidade do poder evidencia que a construção de um sistema político genuinamente inclusivo e participativo requer a transformação das estruturas institucionais, a valorização de saberes locais, a educação crítica da população e a criação de espaços públicos democráticos capazes de integrar múltiplas vozes, promovendo uma democracia decolonial efetiva, contextualizada e socialmente legitimada.

Epistemologias do Sul e o Questionamento dos Modelos Democráticos Importados

A análise das democracias africanas através da perspectiva das Epistemologias do Sul permite compreender a profundidade das limitações dos modelos políticos importados, que frequentemente refletem uma lógica eurocêntrica de dominação do conhecimento e do poder. Santos destaca que “as Epistemologias do Sul constituem uma crítica à pretensa universalidade do saber moderno ocidental, sublinhando que as sociedades do Sul Global possuem formas próprias de conhecimento que devem ser reconhecidas e valorizadas, e que a imposição de modelos políticos externos ignora as experiências históricas e socioculturais locais” (Santos, 2007, p. 22). Esta abordagem evidencia que a democracia não pode ser reduzida à mera adopção de instituições e procedimentos importados, devendo ser compreendida como um processo de construção contínua de consenso e participação social.

A crítica de Santos aos sistemas democráticos ocidentais aplicados nas ex-colónias africanas centra-se na desconexão entre os modelos importados e as necessidades concretas das populações. O autor argumenta que “os modelos de democracia ocidentais tendem a marginalizar saberes e práticas tradicionais, impondo regras e estruturas que nem sempre correspondem às formas locais de organização social e política, perpetuando, assim, exclusões históricas e reforçando a centralização do poder em mãos de uma elite” (Santos, 2007, p. 45). Esta análise é particularmente relevante em Moçambique, onde a herança colonial e os desafios pós-independência moldaram uma configuração política caracterizada por desigualdades persistentes.

A centralização do poder constitui um dos problemas estruturais da democracia africana importada. Em Moçambique, a configuração do sistema político e eleitoral evidencia que “o poder político permanece concentrado nas mãos de grupos restritos, enquanto os cidadãos, embora formalmente convocados a participar em processos eleitorais, têm reduzida capacidade de influenciar decisões, perpetuando relações de subordinação herdadas do período colonial” (Santos, 2007, p. 52). Esta situação indica que a mera introdução de mecanismos de votação electrónica, por exemplo, não resolve os problemas de exclusão política sem reformas estruturais que promovam equidade e inclusão digital. Santos salienta ainda que a democracia, tal como aplicada nos contextos africanos, frequentemente é instrumentalizada pelas elites para legitimar a sua permanência no poder. “A apropriação do conceito de democracia pelas elites políticas transforma o acto eleitoral num mecanismo de legitimação e não de participação, obscurecendo a necessidade de processos contínuos de envolvimento cidadão que permitam às comunidades moldar políticas públicas de forma activa e significativa” (Santos, 2007, p. 61). Este alerta evidencia que a inclusão efectiva dos cidadãos depende da criação de espaços de participação autênticos e descentralizados.

A construção de uma sociedade civil robusta é, para Santos, condição essencial para a consolidação da democracia. O autor argumenta que “uma sociedade civil forte atua como contrapoder, promovendo debates públicos inclusivos e desafiando as estruturas de dominação, de modo a garantir que a participação política não se restrinja a actos simbólicos, mas se expresse em influência real sobre decisões políticas” (Santos, 2007, p. 68). No contexto moçambicano, esta função enfrenta obstáculos relacionados com a escassez de recursos e com a intervenção das elites políticas no espaço público. O movimento decolonial em Moçambique tem procurado questionar os modelos democráticos impostos historicamente pelo colonialismo e pelas elites locais. Segundo Ndlovu-Gatsheni, “a democratização em África requer uma revalorização das formas tradicionais de governação, como os conselhos de aldeia e outras estruturas comunitárias, que foram marginalizadas ou desconsideradas pelos regimes coloniais e pelas políticas de independência elitistas” (Ndlovu-Gatsheni, 2013, p. 88). Este reconhecimento implica que a democracia decolonial deve integrar saberes e práticas pré-existentes, promovendo uma participação mais ampla e contextualizada.

A democracia decolonial propõe que a legitimação do poder não se limite à eleição periódica de representantes, mas que inclua mecanismos contínuos de participação social. Santos argumenta que “a verdadeira democratização exige a criação de processos

deliberativos que incorporem vozes historicamente excluídas, assegurando que as políticas públicas reflitam as necessidades, valores e experiências das comunidades locais” (Santos, 2007, p. 77). Esta concepção desafia diretamente a lógica centralizadora e formalista da democracia liberal ocidental. A implementação de tecnologias eleitorais, como o voto electrónico, deve ser analisada à luz desta perspectiva crítica. Embora tais sistemas possam aumentar eficiência e transparência, Santos alerta que “a introdução de tecnologias sem considerar as desigualdades de acesso e as condições socioculturais locais tende a reproduzir exclusão e a reforçar a dependência tecnológica das populações do Sul Global, perpetuando, assim, a colonialidade do poder” (Santos, 2007, p. 81). A inclusão digital torna-se, portanto, uma dimensão central da democratização decolonial. O reconhecimento da diversidade cultural e social constitui outro eixo fundamental da democracia segundo as Epistemologias do Sul. Santos sublinha que “a construção de políticas democráticas deve basear-se no respeito pela pluralidade de saberes, tradições e formas de organização social existentes, permitindo que as comunidades participem de forma activa e significativa, e que as decisões reflitam a complexidade sociocultural do país” (Santos, 2007, p. 94). Este princípio desafia a uniformização normativa imposta pelos modelos ocidentais e enfatiza a necessidade de contextualização. A educação cívica desempenha papel determinante na consolidação da democracia decolonial. Segundo Santos, “a formação de cidadãos críticos e conscientes dos seus direitos e deveres é essencial para que a participação política transcenda o acto de votar, tornando-se um instrumento de empowerment e de responsabilização das instituições perante a sociedade” (Santos, 2007, p. 102). No contexto moçambicano, isto implica reforçar programas educativos e culturais que promovam compreensão crítica das dinâmicas de poder e da história local.

A criação de espaços públicos inclusivos é igualmente crucial para o fortalecimento da democracia. Santos argumenta que “os espaços de deliberação pública devem ser concebidos como arenas de interação entre Estado, sociedade civil e cidadãos, onde múltiplas vozes possam ser ouvidas, os interesses divergentes debatidos e o poder exercido de forma transparente e responsável” (Santos, 2007, p. 111). Estes espaços permitem a materialização prática da democracia decolonial, reduzindo a hegemonia das elites políticas. O envolvimento das comunidades locais nas decisões políticas reforça a legitimidade democrática e combate práticas autoritárias. Santos destaca que “a participação efectiva de cidadãos e comunidades historicamente marginalizadas fortalece a governança e permite que a democracia não seja um conceito abstracto, mas uma prática social capaz de transformar a realidade das

populações” (Santos, 2007, p. 119). Esta dimensão participativa é essencial para qualquer modelo de democracia que se pretenda inclusivo. A integração de saberes tradicionais e formas de governação pré-coloniais contribui para uma abordagem plural e contextualizada da democracia. Santos observa que “a valorização de práticas comunitárias e de normas locais não constitui um retrocesso, mas sim uma forma de enriquecer o processo democrático, garantindo que a política se articule com as experiências e necessidades concretas da população” (Santos, 2007, p. 126). Este princípio permite reconciliar modernidade e tradição de forma produtiva. A consolidação de uma democracia decolonial em Moçambique exige um compromisso político e social com a transformação das estruturas existentes. Santos salienta que “a democratização decolonial é um projecto de longo prazo, que requer reformulação institucional, educação política, inclusão digital e participação activa, para que o poder não se concentre em elites restritas e para que as comunidades influenciem efectivamente as decisões que afectam as suas vidas” (Santos, 2007, p. 134).

Em síntese, a perspectiva das Epistemologias do Sul evidencia que os modelos democráticos importados não podem ser aceites de forma acrítica. A construção de uma democracia genuinamente moçambicana exige valorização de saberes locais, inclusão social, participação cidadã, espaços públicos deliberativos e reformas estruturais que rompam com a colonialidade do poder, promovendo um sistema político inclusivo, crítico e legitimado socialmente.

Sistemas Eleitorais Electrónicos: Experiências Globais e Desafios em Países Periféricos

Os sistemas eleitorais electrónicos emergem como uma inovação promissora nos processos democráticos globais, oferecendo potencial para maior eficiência, transparência e segurança na gestão dos votos. No entanto, a sua implementação em países periféricos, como Moçambique, encontra desafios complexos que ultrapassam a simples introdução tecnológica, abrangendo dimensões socioeconómicas, políticas e culturais. Alvarez e Hall destacam que “a transição para os sistemas eleitorais electrónicos nos Estados Unidos foi marcada por ganhos de eficiência, mas também por vulnerabilidades significativas na integridade dos dados e falhas de segurança, demonstrando que mesmo países com infra-estruturas avançadas não estão isentos de riscos tecnológicos” (Alvarez & Hall, 2004, p. 112). Este exemplo evidencia que a inovação tecnológica, por si só, não garante a eficácia nem a confiança pública.

Em contextos periféricos, como grande parte da África Subsariana, os obstáculos à implementação do voto electrónico tornam-se mais acentuados e multifacetados. Pina argumenta que “muitos países africanos mantêm sistemas de votação manual como predominantes, sendo que a introdução de plataformas electrónicas robustas esbarra na insuficiência de infra-estruturas, na escassez de equipamentos adequados e na limitada capacitação de pessoal, criando um cenário de vulnerabilidade técnica e social” (Pina, 2011, p. 67). Em Moçambique, a infra-estrutura digital encontra-se ainda em fase de consolidação, e a desigualdade no acesso às tecnologias representa um obstáculo central à democratização inclusiva do processo eleitoral. Outro desafio crítico reside na desconfiança das populações em relação às instituições responsáveis pela gestão eleitoral. Botterman e Goldey salientam que “a aceitação de sistemas de votação electrónica depende fortemente da confiança pública nas autoridades eleitorais, sendo que a ausência de credibilidade institucional conduz a resistência perante novas tecnologias, especialmente em países com históricos de fraude eleitoral” (Botterman & Goldey, 2018, p. 93). Em Moçambique, a memória de processos eleitorais contestados reforça esta desconfiança, tornando imperativa a construção de mecanismos de transparência e accountability.

A experiência da Estónia evidencia que é possível implementar sistemas de voto electrónico seguros e confiáveis, mas sublinha a necessidade de condições específicas para o seu sucesso. Jürgenson observa que “o êxito do voto electrónico estoniano resulta da conjugação de confiança pública nas instituições, educação digital avançada e infra-estrutura tecnológica consolidada, permitindo que os cidadãos acedam a uma plataforma de votação online segura e inclusiva” (Jürgenson, 2015, p. 45). Esta experiência oferece lições sobre a importância de adaptar a tecnologia às condições locais e de cultivar a confiança da população antes da implementação plena. A adopção de sistemas electrónicos em contextos como o moçambicano exige, assim, uma abordagem gradual e contextualizada. Kofi Annan defende que “em países em desenvolvimento, a introdução de tecnologias eleitorais deve ser acompanhada de investimentos contínuos em educação digital, infra-estrutura de comunicações e construção de confiança pública, garantindo que o processo seja inclusivo e que os cidadãos compreendam plenamente o funcionamento do sistema” (Annan, 2017, p. 59). Tal abordagem previne que a introdução tecnológica se transforme numa fonte adicional de exclusão.

No plano técnico, a consolidação do voto electrónico exige melhorias na infraestrutura de tecnologias de informação e comunicação, assim como formação adequada dos profissionais envolvidos. Veiga enfatiza que “a educação digital da população é uma componente crítica, pois sem literacia mínima em tecnologias, o voto electrónico corre o risco de gerar percepções de exclusão e desconfiança, comprometendo a legitimidade do sistema” (Veiga, 2018, p. 74). Este ponto evidencia que a democratização tecnológica é inseparável da capacitação social e cultural das comunidades eleitorais. A implementação gradual constitui uma estratégia recomendada para minimizar riscos e aumentar a aceitação social. Thomaz argumenta que “a adopção de um sistema híbrido, combinando voto manual e electrónico, permite que os cidadãos se familiarizem com a nova tecnologia de forma progressiva, assegurando simultaneamente a segurança e a confiança no processo eleitoral” (Thomaz, 2015, p. 88). Esta prática representa uma solução pragmática, conciliando inovação tecnológica com continuidade de procedimentos tradicionais.

Adicionalmente, campanhas de sensibilização e comunicação pública desempenham papel crucial na construção de confiança. Segundo Botterman e Goldey, “a transparência na implementação e a educação dos cidadãos acerca dos benefícios e mecanismos de segurança do voto electrónico são determinantes para reduzir resistências e fortalecer a credibilidade das autoridades eleitorais” (Botterman & Goldey, 2018, p. 101). Sem este trabalho paralelo de comunicação, mesmo sistemas tecnologicamente robustos podem falhar na sua aceitação social. O acompanhamento contínuo do desempenho do sistema é igualmente essencial. Veiga sublinha que “a avaliação periódica da eficácia, segurança e acessibilidade do voto electrónico permite ajustes constantes, assegurando que o sistema evolua de acordo com as necessidades reais da população e com a maturidade tecnológica do país” (Veiga, 2018, p. 81). Este mecanismo de monitorização contribui para a construção de confiança e para a sustentabilidade do processo eleitoral ao longo do tempo. Em síntese, os sistemas eleitorais electrónicos oferecem oportunidades significativas para fortalecer a transparência, eficiência e inclusão nos processos democráticos, mas a sua implementação em países periféricos, como Moçambique, exige uma abordagem integrada que contemple desenvolvimento tecnológico, capacitação profissional, literacia digital, confiança pública e monitorização contínua. A experiência internacional evidencia que, sem estas condições, a tecnologia por si só não garante eficácia nem legitimidade, sublinhando que a transição para o voto electrónico deve ser entendida como um projeto complexo, gradual e contextualizado, profundamente interligado com fatores sociais, políticos e culturais do país.

Desafios Estruturais para a Implementação do Voto Electrónico em Moçambique

A implementação do voto electrónico em Moçambique apresenta desafios estruturais complexos que transcendem a mera dimensão tecnológica, envolvendo aspetos sociais, económicos e políticos que condicionam a eficácia, a inclusão e a legitimidade do processo eleitoral. A infra-estrutura tecnológica ainda em desenvolvimento, combinada com desigualdades socioeconómicas históricas, constitui um obstáculo central, exigindo uma análise crítica e contextualizada do país. Como destaca o Relatório da União Internacional das Telecomunicações, “a ausência de conectividade consistente em vastas regiões, sobretudo rurais, implica que a maioria da população permaneceria excluída de sistemas eleitorais electrónicos, comprometendo a representatividade do sufrágio” (UIT, 2016, p. 22). A desigualdade social emerge como um fator determinante na acessibilidade ao voto electrónico. Filipe salienta que “uma proporção significativa da população reside em zonas rurais e enfrenta limitações no acesso a dispositivos tecnológicos e na aquisição das competências necessárias para a sua utilização, tornando o sufrágio electrónico potencialmente excludente” (Filipe, 2019, p. 87). Esta realidade evidencia que, sem políticas abrangentes de inclusão digital, a introdução do voto electrónico poderá reforçar desigualdades pré-existentes, marginalizando grupos vulneráveis e comprometendo a universalidade do direito de voto. O financiamento da transição para sistemas electrónicos representa outro desafio estrutural significativo. A implementação de plataformas seguras e eficientes requer investimentos consideráveis em infra-estruturas, manutenção tecnológica e capacitação de recursos humanos. Segundo o Banco Mundial, “os custos de implementação de sistemas eleitorais electrónicos são elevados, exigindo planeamento financeiro rigoroso e diversificação de fontes de financiamento, incluindo parcerias internacionais, para garantir sustentabilidade” (Banco Mundial, 2018, p. 34). Em países como Moçambique, com economias predominantemente agrícolas e PIB per capita reduzido, estas exigências financeiras constituem um entrave substancial à modernização do processo eleitoral.

A resistência política constitui igualmente um obstáculo estrutural relevante. A polarização política histórica e a desconfiança nas autoridades eleitorais podem alimentar receios quanto à integridade do sistema electrónico. Botterman e Goldey argumentam que “a implementação de tecnologias eleitorais em contextos de elevada desconfiança pública deve ser acompanhada de processos de construção de consenso político, garantindo transparência e participação activa de todos os actores, incluindo sociedade civil e partidos políticos”

(Botterman & Goldey, 2018, p. 101). Esta abordagem é crucial para assegurar a legitimidade e a aceitação social do voto electrónico. A segurança e a transparência dos sistemas constituem fatores estruturais de importância crítica. A vulnerabilidade a fraudes e ataques cibernéticos é particularmente relevante em contextos com segurança digital incipiente. Oliviero e Fontana enfatizam que “a credibilidade do voto electrónico depende de sistemas robustos de proteção da informação, integridade dos dados e auditoria independente, permitindo que o eleitorado confie plenamente nos resultados” (Oliviero & Fontana, 2018, p. 56). Sem estes mecanismos, o risco de contestação e de deslegitimação do processo aumenta substancialmente.

A infraestrutura tecnológica constitui um pilar essencial para a implementação eficaz do voto electrónico. A União Internacional das Telecomunicações observa que “a limitada disponibilidade de dispositivos ligados à internet e a deficiência das redes de comunicação restringem significativamente a capacidade de um país periférico para adotar sistemas de votação electrónica fiáveis e acessíveis” (UIT, 2016, p. 45). Consequentemente, investimentos em centros de dados seguros, expansão da rede de internet e plataformas de votação adaptadas ao contexto nacional são imperativos. A inclusão digital representa um dos maiores desafios sociais e estruturais. Filipe afirma que “a falta de literacia digital e o acesso desigual à tecnologia entre as populações rurais e urbanas podem gerar clivagens significativas, impedindo a participação de diversos grupos na vida política e comprometendo a equidade do sufrágio electrónico” (Filipe, 2019, p. 92). A superação destes obstáculos requer políticas públicas integradas que promovam formação tecnológica, distribuição de equipamentos e expansão da conectividade, garantindo que o voto electrónico seja verdadeiramente inclusivo. A transparência e a auditoria são determinantes para a confiança pública no sistema. Botterman e Goldey destacam que “auditorias independentes e mecanismos de verificação acessíveis a observadores eleitorais constituem instrumentos fundamentais para assegurar a integridade e a credibilidade dos resultados, prevenindo contestação e reforçando a confiança da sociedade” (Botterman & Goldey, 2018, p. 107). Em Moçambique, a implementação destes mecanismos é crucial, considerando a desconfiança histórica nas instituições eleitorais.

A construção de consensos políticos e sociais é igualmente indispensável para o sucesso do voto electrónico. Kofi Annan sublinha que “a aceitação de qualquer inovação eleitoral depende do envolvimento activo de todos os actores relevantes, incluindo partidos

políticos, sociedade civil e cidadãos, sendo essencial o diálogo aberto e a transparência nos procedimentos para que o sistema seja legitimado” (Annan, 2017, p. 59). Este processo é determinante para reduzir receios de manipulação e assegurar a adesão ampla ao sistema.

Por fim, a implementação do voto electrónico em Moçambique deve ser entendida como um processo gradual, contextualizado e integrado, que articule desenvolvimento tecnológico, inclusão social, capacitação profissional, segurança digital e confiança pública. Pina argumenta que “a modernização do sistema eleitoral não pode ser imposta de forma unilateral; deve assentar numa combinação de inovação tecnológica, diálogo político e estratégias de inclusão que permitam aos cidadãos compreender e participar plenamente do processo eleitoral” (Pina, 2011, p. 71). A eficácia do voto electrónico depende, assim, de uma abordagem sistémica e multidimensional, capaz de conciliar tecnologia, equidade social e legitimidade democrática.

Construção de Consensos e Perspectivas para o Futuro

A construção de consensos políticos, sociais e institucionais em torno da adopção do voto electrónico constitui um elemento determinante para o futuro da democracia moçambicana, especialmente num contexto marcado por desconfiança mútua entre forças políticas e por um historial de contestação eleitoral. A introdução de tecnologias inovadoras no processo de votação não pode ocorrer de forma unilateral ou imposta, sob pena de exacerbar tensões e comprometer a legitimidade do sistema democrático. Como sublinha Kofi Annan, “nenhum processo de reforma política ou inovação institucional será bem-sucedido se não for conduzido de forma inclusiva, envolvendo todas as partes interessadas, garantindo diálogo, transparência e participação activa dos cidadãos” (Annan, 2017, p. 59).

Neste sentido, a consolidação do voto electrónico deve ser encarada como um processo gradual, sustentado por negociação, formação e partilha de responsabilidades entre o Estado, os partidos e a sociedade civil. O fortalecimento das instituições eleitorais representa o primeiro passo para a criação de consensos duradouros. A Comissão Nacional de Eleições (CNE) e o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) devem consolidar-se como organismos autónomos, técnicos e transparentes, capazes de gerar confiança tanto entre os cidadãos como entre os actores políticos. A credibilidade destas instituições é fundamental, uma vez que, como refere Annan, “sem instituições sólidas,

imparciais e transparentes, qualquer inovação tecnológica ou reforma democrática corre o risco de ser percebida como ilegítima, conduzindo a crises de confiança e instabilidade política” (Annan, 2017, p. 61). A capacitação técnica, a autonomia administrativa e a supervisão externa constituem elementos estruturantes deste reforço institucional.

A participação activa da sociedade civil é igualmente indispensável para a consolidação de consensos. Organizações não-governamentais, movimentos sociais e universidades desempenham um papel crítico na monitorização independente das eleições e na promoção de uma cultura cívica de transparência e responsabilidade. Botterman e Goldey argumentam que “a confiança dos eleitores aumenta significativamente quando percebem que as suas preocupações são tidas em consideração e que existe espaço para escrutínio público, criando condições para uma participação mais consciente e efectiva” (Botterman & Goldey, 2018, p. 103). A implementação de observatórios eleitorais e fóruns de debate permite aproximar o Estado da população, garantindo que a transição para o voto electrónico responda às necessidades concretas dos cidadãos.

Outro componente essencial para a criação de consensos refere-se à educação cívica e digital. Em Moçambique, grande parte da população continua afastada das tecnologias digitais, o que exige programas de formação que promovam literacia tecnológica e consciência cívica, capacitando os cidadãos a utilizar o voto electrónico com segurança e autonomia. Filipe observa que “a inclusão digital deve ser considerada não apenas como um requisito técnico, mas como um direito democrático fundamental, sem o qual a participação política se torna desigual, limitada e vulnerável a exclusões” (Filipe, 2019, p. 95). A implementação de centros comunitários de acesso à tecnologia e campanhas educativas estruturadas poderá reduzir assimetrias históricas e reforçar a confiança pública no novo modelo eleitoral.

A cooperação internacional constitui uma dimensão estratégica para a modernização eleitoral, permitindo aprender com experiências bem-sucedidas em países como a Estónia, o Brasil ou a Índia. No entanto, Santos adverte que “a simples importação de modelos externos, sem consideração das particularidades culturais, sociais e históricas locais, pode reproduzir formas de dominação epistemológica e comprometer a autonomia política e cultural das sociedades do Sul” (Santos, 2007, p. 112). Assim, a colaboração internacional deve orientar-

se por princípios de solidariedade, intercâmbio e capacitação, promovendo transferências de conhecimento e tecnologia adaptadas à realidade moçambicana.

A transparência e a auditoria independente constituem pilares estruturantes para a consolidação dos consensos. Num sistema eleitoral electrónico, a verificação da autenticidade dos resultados e a integridade dos dados são essenciais à legitimidade do processo. Thomaz sublinha que “a confiança pública depende da capacidade das autoridades em demonstrar que todos os procedimentos são auditáveis, verificáveis e livres de manipulação, assegurando que a população possa acompanhar e compreender cada etapa do processo eleitoral” (Thomaz, 2015, p. 78). A realização de auditorias regulares e a divulgação pública dos relatórios constituem mecanismos indispensáveis para reduzir contestação e reforçar a legitimidade do sistema.

No plano político, o diálogo permanente entre partidos e instituições eleitorais é determinante para garantir a sustentabilidade da reforma democrática. Pina afirma que “a polarização política pode transformar inovações tecnológicas em instrumentos de disputa partidária, em vez de ferramentas de fortalecimento democrático; é, portanto, imperativo criar espaços de diálogo e negociação que assegurem a representação de todas as partes e a confiança no processo” (Pina, 2011, p. 74). A criação de conselhos consultivos multilaterais, integrando representantes dos partidos, sociedade civil e peritos independentes, poderá funcionar como um fórum de acompanhamento e avaliação contínua das reformas eleitorais.

A longo prazo, a consolidação de um sistema eleitoral electrónico inclusivo e eficiente pode contribuir significativamente para o fortalecimento da democracia em Moçambique, desde que sejam asseguradas condições institucionais, tecnológicas e sociais adequadas. O futuro da governação democrática dependerá da capacidade colectiva para articular inovação tecnológica, saberes locais, tradição e participação popular. O voto electrónico deve ser compreendido como um instrumento dentro de um processo mais amplo de democratização, centrado na dignidade, na justiça social e na soberania cidadã, e não como um fim em si mesmo.

Considerações Finais

A implementação do voto electrónico em Moçambique configura-se como um processo complexo, envolvendo tanto potencialidades quanto desafios significativos. A análise realizada ao longo deste estudo evidencia que, apesar da existência de obstáculos substanciais como a limitação da infraestrutura tecnológica e a inclusão digital, surgem também oportunidades claras para a modernização do sistema eleitoral. O voto electrónico pode, efectivamente, contribuir para uma maior eficiência e transparência no processo eleitoral, assegurando rapidez na apuração dos resultados e redução dos custos operacionais das eleições.

A segurança do sistema eleitoral emerge como um dos pilares essenciais para garantir a integridade do processo. A infraestrutura tecnológica em Moçambique necessita de reforço para que o voto electrónico seja implementado de forma segura e eficaz. A confiança pública constitui igualmente um factor determinante para o sucesso do sistema, devendo ser promovida através da transparência do processo de votação, auditorias independentes e do envolvimento de observadores internacionais. Outro aspecto central abordado refere-se à inclusão digital. Num país com disparidades marcantes entre áreas urbanas e rurais, é imperativo assegurar que todos os cidadãos tenham acesso equitativo ao sistema de voto electrónico. A implementação gradual, com início nas áreas urbanas e posterior extensão às zonas rurais, apresenta-se como uma solução viável. Paralelamente, a capacitação da população e campanhas de sensibilização são necessárias para reduzir resistências à mudança e garantir a adopção efectiva do novo sistema.

A construção de consensos entre sociedade civil, partidos políticos e eleitores revela-se fundamental para o êxito da implementação do voto electrónico. Modelos híbridos de votação, combinando o tradicional voto manual com o voto electrónico, podem constituir uma solução intermédia, permitindo uma transição gradual. As experiências de países da CPLP, como Brasil e Portugal, fornecem lições importantes sobre a superação de desafios associados à implementação de sistemas electrónicos e à criação de um ambiente de confiança pública. As estratégias propostas para assegurar a legitimidade e aceitação do voto electrónico incluem a realização de auditorias externas, o envolvimento das partes interessadas na implementação do sistema e a monitorização contínua do processo, com ajustes quando necessário. A adopção de uma implementação gradual e democrática é

essencial para garantir que o sistema de votação electrónica seja amplamente aceite e eficaz nas eleições subsequentes.

Apesar de o estudo ter abordado de forma abrangente os principais desafios e oportunidades do voto electrónico em Moçambique, algumas limitações devem ser consideradas. A ausência de dados empíricos específicos sobre a realidade moçambicana, como resultados de testes-piloto ou estudos de campo, restringe a profundidade de certas análises. Adicionalmente, factores socioculturais que podem influenciar a aceitação do voto electrónico, incluindo a desconfiança face à tecnologia, não foram explorados em toda a sua extensão. Pesquisas futuras poderão centrar-se em estudos de campo envolvendo a população, particularmente nas zonas rurais, para avaliar a predisposição e os obstáculos percebidos relativamente ao voto electrónico. Será igualmente pertinente investigar o impacto da educação digital e de campanhas de sensibilização na adopção do sistema, bem como estudar tecnologias emergentes de segurança para sistemas eleitorais, visando o reforço da protecção contra fraudes e ataques cibernéticos. A construção de uma democracia sólida e moderna em Moçambique passa, inevitavelmente, pela inovação dos processos eleitorais. O voto electrónico, quando implementado de forma cuidada e inclusiva, poderá representar um avanço significativo para o país, promovendo maior eficiência, transparência e confiança no processo eleitoral.

Referências Bibliográficas

ALVAREZ, R. M.; HALL, T. E. (2004). **Electronic Voting and the 2004 Election: The Impact of New Voting Systems on American Democracy**. Oxford: Oxford University Press.

ANNAN, Kofi. (2017). **Building Trust in Electoral Systems: Lessons from the Global South**. Oxford: Oxford University Press.

BETTENCOURT, Rui. (2012). **A abordagem das Políticas Educativas para a Empregabilidade**. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Aberta.

BOTTERMAN, M.; GOLDEY, C. (2018). **Trust in Electronic Voting Systems: A Global Perspective**. Nova Iorque: Springer.

COSTA, J.; SILVA, A. (2019). **Voto Electrónico e Inclusão Digital: Soluções para a Implementação em Países em Desenvolvimento**. Nova Iorque: Springer.

FAIRCLAUGH, N. (1995). **Critical Discourse Analysis: The Critical Study of Language**. Londres: Longman.

FERREIRA, A.; MARTINS, P. (2017). **Educação Digital e Consciencialização Eleitoral em Países em Desenvolvimento**. São Paulo: Educação e Tecnologia.

FILIPPE, M. (2019). **Desigualdade Social e Inclusão Digital: Desafios e Soluções**. Rio de Janeiro: UERJ.

JÜRGENSON, A. (2015). **E-Voting in Estonia: Building a Global Model**. Bruxelas: European Commission.

LIMA, T.; SOUZA, P. (2019). **Implementação Gradual do Voto Electrónico: Lições de Países em Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UPDe.

MAMDANI, M. (1996). **Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism**. Princeton: Princeton University Press.

MIGNOLO, W. (2011). **The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options**. Durham: Duke University Press.

NDLOVU-GATSHENI, S. J. (2013). **Decolonizing the African Mind**. Dar-es-Salaam: University of Dar es Salaam Press.

OLIVIERO, S.; FONTANA, G. (2018). **Segurança Digital e Transparência Eleitoral: Desafios no Contexto Africano**. Heidelberg: Springer.

PINA, A. (2011). **Sistemas Eleitorais e Polarização Política: Desafios na Implementação do Voto Electrónico**. São Paulo: Política e Sociedade.

PINTO, A. (2017). **Tecnologia e Desigualdade Social: Desafios no Contexto Moçambicano**. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.

PINTO, P.; ALMEIDA, L. (2017). **Modelos Híbridos de Votação: Equilibrando Inovação e Tradição**. São Paulo: Política e Sociedade.

QUIJANO, A. (2000). **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. Buenos Aires: Informe para el Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

SANTOS, B. de S. (2007). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez.

SANTOS, E.; FERREIRA, L.; COSTA, P. (2018). **Transparência Eleitoral e Voto Digital: Lições de Países da CPLP**. Heidelberg: Springer.

SILVA, F.; LIMA, M. (2020). **Voto Electrónico na CPLP: Desafios e Oportunidades**. São Paulo: Editora Política Comparada.

THOMAZ, J. (2015). **Transparência Eleitoral: A Auditoria Independente e a Credibilidade do Voto Electrónico**. Brasília: Transparência.

UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. (2016). **Relatório de Acesso à Internet em Países em Desenvolvimento: Moçambique**. UIT.

VAN DIJK, T. A. (2008). **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto.

TUFEKCI, Z. (2017). **Twitter e gás lacrimogéneo: O poder e a fragilidade da protesta em rede**. Yale University Press.